

NOVO MUNDO, NOVAS INTERPRETAÇÕES, NOVO PODER

a integração de S. Jorge no novo espaço público açoriano e
português na segunda metade de oitocentos
(a acção da imprensa periódica local)*

por

António dos Santos Pereira**

1. Ligado sempre ao poder, civil, eclesiástico, religioso em geral ou mágico, nas sociedades antigas, o direito de falar publicamente pertencia ao príncipe, ao déspota, ou ao chefe de Estado, ao sacerdote, ao depositário de um qualquer poder que assumia por delegação última de um deus qualquer, única fonte de palavra legítima¹. A característica mais marcante desta palavra, desde a sua origem até ao destinatário, era o sigilo que a envolvia, uma espécie de poder sacramental. Competia ao detentores deste poder o impedimento de todos os actos de contestação, a proibição da divulgação de notícias ou opiniões contra a verdade revelada ou a razão de estado, crimes considerados sempre entre os mais graves. É inegável que a imprensa nasceu neste ambiente, que aquele poder se soube servir dela, mas jamais se poderia desenvolver no mesmo.

2. O desenvolvimento da imprensa periódica, mais do que aos aspectos técnicos, está ligado a uma nova concepção da origem do poder e da

* O texto deste artigo tem por base a comunicação que proferi no *V Encontro de Escritores Açorianos*, realizado em Velas de 23 a 26 de Abril de 1998.

** Secção Autónoma de Letras, Universidade da Beira Interior.

¹ Pierre Clastres, *A Sociedade Contra o Estado*, (*Investigações de Antropologia Política*), Porto, Afrontamento, 1979, p. 149.

ordem social, assente no indivíduo, livre, racional e dotado de direitos inalienáveis, entre eles, o direito de falar, de emitir opinião, de soltar a língua, como diz Adriano Duarte Rodrigues, mais típico dos momentos revolucionários². A opinião para ter efeito deverá ter como características marcantes a publicidade e a normalidade, esta garantida pelo tribunal superior da razão.

3. Foi durante a modernidade, particularmente a partir do século XVIII, que as formas de explicação racionais do mundo e da vida em geral ganharam predomínio. Processou-se uma certa valorização do indivíduo designadamente do proprietário, membro de uma família, progressivamente restrita, onde ocupa o seu lugar, sujeito racional, capaz de construir o seu destino e de participar no poder. As decisões deste (do poder) são cada vez mais sujeitas à publicidade crítica a fim de serem legitimadas no tribunal da opinião pública, que se pretendia coincidente com o da razão. Institucionaliza-se o debate interactivo, entre indivíduos que se olham ao mesmo nível, sujeitos livres e iguais, capazes de emitirem opinião, capazes de falarem, de se afirmarem adversários, mas não inimigos e de distinguirem entre esfera pública e privada.

4. Neste contexto, desenvolve-se a imprensa periódica, à qual caberá a primeira grande partilha, ainda ingénua e, portanto, revolucionária, dos saberes acumulados desde a invenção da escrita, mesmo do livro e da biblioteca, quase sempre inacessíveis e uma normal publicitação dos actos de poder³. Estes perdem gradualmente o segredo típico que os rodeava nas sociedades de antigo regime. A instauração do liberalismo e a consagração constitucional da liberdade de imprensa coincidem em Portugal com a multiplicação do nascimento de publicações periódicas. Assim, dizia a Constituição de 1838 no seu Art.º 13º: «Todo o Cidadão pode comunicar os seus pensamentos pela imprensa e por qualquer outro modo, sem dependência da censura prévia»⁴. Nascia a geração das fumaças e

² Adriano Duarte Rodrigues, *A Comunicação Social. Noção, História, Linguagem*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Vega, p. 8.

³ Sobre formas mais complexas da partilha do saber, cfr. J. Paulo Serra, *A Informação como Utopia*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 1998, p. 119-144.

⁴ Cfr. *As Constituições Portuguesas, 1822-1826-1838-1911-1933-1976*, Org. e intr. De Jorge Miranda, Lisboa, Livraria Petrony, 1976, p. 147.

dos periódicos como dizia em palco o sapateiro trovador retratado por Garrett⁵.

5. Particularmente nasce a imprensa regional, que aqui nos interessa, esta com algumas características relevantes, nela se notando:

- o sentimento de pertença a um espaço público que é preciso defender: vila, cidade, ilha, região, daí a utilização dos possessivos, nosso, nossa, até à exaustão⁶;
- «uma relação forte com as elites locais», com aqueles que participam no poder;
- «uma ênfase no artigo de opinião e na colaboração externa», quase sempre gratuita;
- «uma contiguidade acentuada entre os artigos e colaborações externas e as preocupações manifestadas nos espaços de reunião públicos»;
- «a tendência para estruturar o discurso em torno de alguns assuntos recorrentes em torno dos quais se veiculam opiniões, debates e polémicas»;
- «a presença de marcas discursivas que remetem para formas de sociabilidade que pressupõem um saber comum partilhado pelos produtores de mensagens e pelos públicos»;
- «o conhecimento recíproco e partilhado por produtores e receptores quanto aos factos e realidades que servem de referentes às mensagens jornalísticas»⁷.

6. Coube a esta imprensa grande responsabilidade no nascimento de uma opinião pública, próxima e participativa, crítica em relação ao actos de poder, sem o sentido abstencionista, a apatia e a indiferença a que assistimos nos nossos dias, diluídos na grande massa de destinatários, em relação virtual, mais do que de ideias, de slogans e estilos. As tarefas, que

⁵ Cfr. «As Prophecias do Bandarra», in António Machado Pires, *D. Sebastião e o Encoberto*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 272.

⁶ Cfr. Regina Gouveia, «Regionalização: uma construção mental, in *Regionalização: Textos Oportunos*, Covilhã, Centro de Estudos Sociais, p. 84.

⁷ Sobre estas características, Cfr. João Carlos Correia, *Jornalismo e Espaço Público*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 1998, p. 158.

ainda hoje se propõe a imprensa regional, mantêm um traço comum de grande humanização, importando-se com os mais insignificantes pormenores que fazem a vida das comunidades, particularmente do quotidiano, mas dando-lhe sentido histórico e apontando como lema informador de toda a acção o desenvolvimento. Do passado, aponta a importância da preservação do património, do presente, releva as carências e centra a atenção em tarefas de construção do futuro, particularmente na educação e na formação de um modelo de cidadão letrado, activo, participante no desenvolvimento da região em que se insere⁸.

7. Também no contexto desta sociedade insular se desenvolveu uma sociedade liberal com uma opinião pública. Para tal, contribuiu a imprensa periódica proveniente de outros lugares, mas particularmente a editada aqui. Diz Pedro da Silveira que a imprensa dos migrados liberais portugueses editada em Londres e Paris (...) bastantes vezes utilizou o porto do Faial como primeira entrada no território nacional»⁹. Textos impressos na Horta começarão a aparecer na viragem para a segunda metade de Oitocentos¹⁰. Entretanto, nas outras duas cidades açorianas, havia muito, os jornais formavam a opinião pública. Com efeito, ainda no contexto das lutas pela implantação do liberalismo, surge, em 17 de Abril de 1830, o primeiro órgão de imprensa nos Açores, ligado à Regência, a *Crónica da Terceira*. Em Ponta Delgada, em 1835, imprime-se o primeiro número do resistente e sobre todos prestigiado *Açoriano Oriental*¹¹, seguido, ainda no mesmo ano, do semanário político *O Constitucional Michaelense*¹².

⁸ Além do Estatuto da Imprensa Regional, sobre as tarefas do jornalismo regional, Cfr. Andrés Romero, «O ensino do jornalismo na óptica da imprensa regional» in *Comunicação Social e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Castoliva Editora, 1984, p. 43 e a excelente síntese em Alexandre Parafita, «A Imprensa Transmontana e a Regionalização» in *Regionalização: Textos Oportunos*, Covilhã, Centro de Estudos Sociais, 1998, pp. 105-107.

⁹ Pedro da Silveira, «Sobre a Horta como centro literário, uma proposta de estudo», in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, p. 598.

¹⁰ Id., *Ibid.*, pp. 589 e 599.

¹¹ Foi a 18 de Abril de 1835 que se imprimiu o primeiro número deste jornal em tipografia que o médico António Ferreira Borralho trouxera de Coimbra.

¹² Que saiu a 24 de Setembro do mesmo ano.

As emergentes propostas no âmbito do ensino e a consequente institucionalização dos liceus, também nas cidades açorianas, em Angra em 1843/1844¹³ ou em 1851, Ponta Delgada, em 1852 e Horta, em 1853¹⁴, a criação de sociedades de fomento técnico, económico e particularmente promotoras da criação literária, revelar-se-ão decisivas no empenho das elites açorianas no mundo liberal e romântico, inicialmente e mais tarde, socialista e republicano. A estada de Castilho em S. Miguel, a constituição ali da Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes, em 1848, e a edição da *Revista dos Açores*, em 1851, integram definitivamente o mundo dos Açores, primeira grande escala da revolução liberal portuguesa, na modernidade romântica.

Na entrada da segunda metade de Oitocentos, também a ilha de S. Jorge beneficia do movimento que irradia das três cidades insulares e particularmente do renovado ambiente levado a cabo na vizinha ilha do Faial, onde concomitante à acção do liceu, aparecem dois órgãos de imprensa periódica, *O Incentivo* e *O Faialense*¹⁵. Paradoxalmente, mais notória será a influência das instituições da cidade da Horta no espaço velense, pela influência discreta dos grémios maçónicos na entrada para o último quartel de Oitocentos¹⁶.

Aqui, o Convento do Rosário transforma-se no Clube e no Teatro Velense por acção do histórico José Pereira da Cunha Silveira e Sousa. E, se não pôde surgir um Garrett, houve, a seu exemplo, algumas das personalidades locais muito empenhadas nesta arte¹⁷. A Praça do Concelho também se transforma e ganha a dimensão, o equilíbrio e a beleza que apresenta hoje com o típico coreto ao meio. A nova estrada real ladeia-a junto ao município onde desaparece o pátio do Paço Camarário que recebe beneficiações. O debate político sobre os proble-

¹³ Cfr. António Machado Pires, *Cronologia e Quadro de Gerações*, Amadora, Livraria Bertrand, 1975, p. 85.

¹⁴ As datas de criação e funcionamento nem sempre coincidem. Cfr. Carreiro da Costa, *Esboço Histórico dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1978, p. 303.

¹⁵ Cfr. Pedro da Silveira, *Op. e loc. cit.*.

¹⁶ Em 1874, fundou-se, na Horta, o Grémio Literário Faialense, associação ligada à maçonaria, Cfr. Pedro da Silveira, *Op. e loc. cit.*.

¹⁷ Cfr. a propósito José Cândido da Silveira Avelar, *Ilha de S. Jorge (Açores). Apontamentos para a sua História*, Horta, 1902.

mas locais e nacionais simbolicamente deixa as dimensões acanhadas do pátio e alarga-se à dimensão da praça. A quadra popular seguinte ganha particular significado:

«Adeus páteo da Cadeia
em que passeiam «ladrões»
Adeus Casa d'Audiência
Inferno dos Escrivães»¹⁸

Aparecem localmente as primeiras tipografias e os primeiros jornais locais. As funções de informar, educar, divertir e representar constam do cabeçalho de muitos dos periódicos do século passado. Também, dos publicados na ilha de S. Jorge, aqui nascidos a partir de 1871, no mesmo ano em que foi criada a Companhia Insulana de Navegação¹⁹. Pela positiva, coube à imprensa periódica açoriana e à jorgense em particular a colaboração mais pertinente na criação de um novo espaço público de que enumeramos algumas características:

a) A imprensa periódica nasce em S. Jorge no prolongamento do debate da praça pública, da Ágora Política. Portanto, os principais jornais aparecem ligados aos responsáveis locais dos principais partidos. Mesmo que os artigos não sejam subscritos, todos conseguem identificar as autorias²⁰.

b) Se o poder é comunicação e a comunicação produz o poder, pelo menos o democrático, como quer Niklas Luhmann, nas ilhas, mormente nas mais pequenas onde apenas o poder municipal é visível, foi este o primeiro a utilizar a imprensa periódica na sua mediação com os munícipes. Do que se infere também que os detentores de poder económico capaz de deter um meio de comunicação, no século passado, um órgão de imprensa periódica, podem aceder, deter aquele poder e legitimá-lo.

¹⁸ *O Ilheo*, n.º 28 de 1 de Outubro de 1897.

¹⁹ *O Jorgense*, histórico-reformista, progressista, publicou-se desde 15 de Fevereiro de 1871 a 1886, como quinzenário político, literário e noticioso.

²⁰ *O Velense*, regenerador e antiprogressista, não faz assinar os seus artigos.

c) Particularmente cabia então aos órgãos de imprensa periódica local afectos ao partido no poder um papel óbvio de legitimação do poder municipal e a sua transformação em autoridade de acordo aos conceitos weberianos da procura da obediência social sem a necessidade da coacção²¹.

d) Esta acção passa também pela resposta a um conjunto de expectativas presente na sociedade local que, como comprovam algumas eleições, paradoxalmente prescinde em certos momentos do seu inalienável direito de voto na esperança de o eleito do partido no Governo do Reino as concretizar. As abstenções maciças nas eleições velenses onde era maioria o partido histórico, posteriormente progressista, devem ter visado favorecer a eleição do regenerador Pedro Roberto, personalidade ligada à política fontista.

e) O esquema democrático, governo/oposição, Luhmanniano, típico da governação portuguesa da segunda metade do século XIX, marca também a sociedade local açoriana e a jorgense em particular e, por conseguinte, proporciona o surgimento de órgãos de imprensa periódica no mesmo esquema e no mesmo espaço senão contemporâneos, pelo menos em sucessão. Em 1880, o regenerador *O Velense* publica violento editorial, menos, para os nossos dias, por virtude do regime democrático a que felizmente já nos habituamos, que me atrevo a transcrever²².

«Então hosanas os sectarios do partido histórico-reformista, por continuar empunhando o timão da nave do estado aquelle partido, a que ultimamente denominaram progressista, e que de progressista nada tem, se se attender ao modo contrario e sem rebuço

²¹ «Poder é um conceito normativo que deve ser utilizado para caracterizar o direito de obrigar outrém a vergar-se às suas directivas, podendo-o fazer por meio de sanções; autoridade designa a capacidade de influenciar comportamentos e abrir caminho à obediência voluntária, sem recorrer à ameaça da força». Cfr. José Luís Garcia, «Os Jornalistas Portugueses enquanto Actores do Espaço Público Mediatizado. Legitimidade, Poder e Interpermutação», in *RCL: A Comunicação Política*, (1995), p. 376.

²² Cfr. *O Velense*, n.º 11 de 8 de Maio de 1880.

como executa o seu programma de promessas de administração económica, que só serviu para se impor e inculcar aos incautos e crédulos»

«Então hosannas pela pertinaz teimosia com que prosseguem na sua carreira de perseguição, demittindo e transferindo os empregados do estado, sem attenção aos seus antigos e bons serviços, e sem a menor consideração pelos comodos pessoais dos mesmos. O seu fito é anichar os seus adeptos»

«Nihil novi sub sole» diria Qohelet, filho de David, (Eclesiastes, 1, 10).

f) O debate político assume também as características típicas dos espaços onde todos se conhecem e não enjeitam o ataque pessoal, em nome da simples coerência, umas vezes e da ética, outras. A questão do recrutamento militar, uma das mais recorrentes na imprensa local, foi motivo de violento ataque por parte de *O Velense* a uma das figuras mais cultas da sociedade jorgense de então. O administrador concelhio, em 1880, Manuel de Andrade é acusado de, à data do seu recenseamento, ter mudado artificialmente o domicílio para Macau, enquanto se escondia nas vilas próximas da Calheta e do Cais do Pico, o que, parece, seria vulgar então para fugir ao serviço militar²³. Frequentemente, as falhas legislativas de um partido serviam para ataques pessoais aos membros do mesmo localmente. Todavia o insulto esporádico não faz a norma, mas a capacidade de ultrapassar o mesmo essa sim torna-se referência para os comentadores locais²⁴. O lema do respeito pela intimidade, pela vida íntima das famílias aparecerá explicitamente em alguns projectos editoriais jorgenses. O objecto destes são os actos públicos, jamais os privados²⁵.

²³ Cfr. *O Velense*, n.º 11 de 8 de Maio de 1880.

²⁴ Cfr. o progressista *Ecco Jorgense*, n.º 44, de 22 de Outubro de 1885, a propósito de presumíveis insultos proferidos pelo regenerador Miguel Teixeira.

²⁵ Cfr. *A Justiça*, n.º 1 de 26 de Novembro de 1891.

g) Os assuntos recorrentes são diversos de acordo à afectação do jornal na oposição ou no governo e as notícias, mesmo as sociais, aparecem quase sempre com breve comentário, frequentemente irónico. O jornal da oposição elege como temas de preferência o aumento dos impostos²⁶, a saúde pública²⁷, as comunicações, o recrutamento militar, a emigração, designadamente clandestina, o compadrio nos cargos de estado, a falta de qualidade nos serviços, os abusos de autoridade²⁸ e acentua a sua missão de intérprete das aspirações populares. Autoproclama-se frequentemente como órgão representativo, como se de um organismo político se tratasse, de um parlamento paralelo²⁹. O jornal da situação quase só proclama as realizações, as obras públicas, os abastecimentos, a boa gestão da saúde pública, ou seja, a linguagem do nós ou do caos, como se de um governo se tratasse. Do que resulta, haver mais matéria para os jornais da oposição do que para os da situação. Repito que uns e outros incluem material literário, algum com muita qualidade, de produção local, nos diferentes géneros, romance, poesia, teatro e anúncios.

h) Coube a esta imprensa a criação de um novo ritmo, o da saída do jornal, das suas notícias e do seu folhetim, aqui mais frequentemente quinzenal. A sociedade local, habituada aos ritmos seculares, naturais, litúrgicos, ou já político-administrativos, mas quase sempre previsíveis, sem novidades, soma neste tempo o da chegada do vapor e o da saída do jornal, frequentemente com o imprevisível, a notícia.

²⁶ Cfr. *O Ecco Jorgense*, n.º 65 de 26 de Fevereiro de 1893.

²⁷ Geralmente constitui uma secção do jornal destinada nas palavras do Quinzenário *A Justiça* ao registo das ocorrências sanitárias da ilha, à discussão dos assuntos que interessam à saúde pública, à vulgarização das grandes funções da economia e à exposição de preceitos e regras da higiene. Cfr. n.º 1 de 26 de Novembro de 1891. As epidemias de varíola foram objecto de vários títulos jorgenses, apesar de a ilha, contrariamente à Terceira, raramente ter sido atingida. Cfr. *O Ecco Jorgense*, n.º 112 de 15 de Outubro de 1888.

²⁸ Cfr. *O Ecco Jorgense*, n.º 112 de 15 de Outubro de 1888, sobre um caso de abuso de autoridade concretizado em prisão arbitrária.

²⁹ Cfr. *O Velense*, n.º 119 de 8 de Novembro 1884.

i) Os jornais nas ilhas e principais vilas dos Açores formam uma rede de permuta de informações e artigos. Note-se como *O Jorgense* apela ao *Telegrapho* e ao *Ecco Micaelense* e *O Velense* reproduz artigo político de *A Laterna*³⁰;

j) As permutas de jornais alargam-se a todo o território português, sendo fastidioso enumerar aqui os jornais que chegavam às redacções jorgenses, a título de exemplo apenas: o *Aurora* de Santarém, o *Tempo* de S. Miguel, o *Album e Progresso* da Terceira chegam à redacção do *Jorgense*³¹, o *Fayalense* da Horta, *A Republica Federal* de Ponta Delgada, *O Ecco Praiense*, da Praia da Vitória podem ser lidos na redacção de *O Velense*³², *O Respigador* recebe o seu vizinho *Eco Jorgense*, e enumera os que se solidarizam ao movimento que instaura pela independência dos Açores. Cremos que a algumas redacções chegariam dezenas de títulos. Um jornal local do século passado em vila isolada do Continente, sem acesso ao comboio enumerava 77.

k) O jornal local manifesta uma preocupação central com o conhecimento da história na sua área de intervenção e definindo aquela como processo de desenvolvimento coloca este como meta da sua acção. O facto histórico constitui assim a primeira explicação do acontecimento do quotidiano. Na ausência deste, particularmente do acontecimento político ou do económico relevante, a imprensa periódica tem mesmo capacidade de criá-lo, nos âmbitos da formação e da distracção, particularmente com materiais literários, neste sentido ultrapassa o esquema dualista político e nota-se coincidência na opção entre todos eles.

l) Longe do governo central, junto do qual não tem então capacidade de influência e frequentemente incapaz de exercer mesmo o papel de correia transmissora, o jornal local torna-se par-

³⁰ Cfr. *O Velense*, n.º 12 de 23 de Maio de 1880,

³¹ Cfr. *O Jorgense*, n.º 127 de 15 de Janeiro de 1877.

³² Cfr. *O Velense*, n.º 11 e n.º 12 de 8 e 23 de Maio de 1880, respectivamente.

ticularmente mediador dos actos de governação municipal. Todavia nunca enjeita o papel de eco das medidas em prol do bem local que os representantes do seu partido levam a cabo junto dos órgãos do poder³³.

m) O jornalista local ou colaborador na imprensa local torna-se assim um actor político, influenciando as instituições locais, os políticos e até os agentes económicos. Frequentemente informa acerca dos conflitos políticos ou participa nos mesmos. Actor político, actua sobre os políticos e torna-se também passivo da acção destes.

n) Também em Velas se desenvolve uma certa esfera pública pensante empenhada na formação de uma opinião pública mais larga, norteada pela procura da verdade, da razão e da justiça, valores a impor aos detentores de poder. É obvio que o alargamento desta esfera pública não é tal que já na última década de Oitocentos não passe pelos seus arautos um certo sentimento de frustração, levando aqui o editor do *Ecco Jorgense* a afirmar como principal causa da ruína do país «o indiferentismo do nosso povo pelas causas publicas»³⁴. Aquele progressista caminhava a passos largos para o republicanismo. E forçava novos géneros, designadamente o diálogo, para atingir mais facilmente os seus leitores³⁵.

o) A pluralidade de interpretações dos fenómenos políticos, económicos e sociais, decorrente dos jornais, colabora na relativização das visões dogmáticas. O leitor atento torna-se destinatário de mensagens de trincheiras opostas que ele deve interpretar para chegar à verdade. Por exemplo, o aparecimento de uma segunda série do *Jorgense*, em 1886, faz-se contra *O Velense*, para em linguagem de conotações fortes, que cito, «oppor uma barreira à torrente de

³³ As propostas de Pedro Roberto da Silva, deputado eleito pelo círculo de Velas, são referidas em *O Velense*, n.º 11 de 8 de Maio de 1880.

³⁴ Cfr. *O Ecco Jorgense*, n.º 65 de 26 de Fevereiro de 1893.

³⁵ Publicava então a «Cartilha do Povo de José Falcão: encontro entre João Portugal com José Povinho». Cfr. *O Ecco Jorgense*, n.º 65 de 26 de Fevereiro de 1893.

vitupérios, de falsidades, de intrujices (...) que um supposto órgão político da localidade, ejacula em cada semana»³⁶. Obviamente, todos lutavam pela sua verdade, identificada, ora com progresso, ora com justiça. Constituíam os seus públicos, geralmente os seus assinantes³⁷. Estes ganhavam o direito a um espaço de intervenção através das cartas que podiam fazer publicar³⁸.

p) O jornal local chama à atenção para as mais graves questões sociais, no caso jorgense, para a emigração clandestina, na segunda metade do século passado, para a América e faz as primeiras interpretações, por vezes contraditórias dos fenómenos. Neste caso da emigração clandestina, de que fornece números, transforma-se em fonte imprescindível para os historiadores da matéria, mais habituados aos arquivos institucionais e ao estudo da emigração legal³⁹.

q) O jornal colabora na integração da economia local na economia regional e na nacional e mesmo mundo. Informa dos produtos que chegam ou partem e veicula publicidade. Impõe hábitos, mesmo alimentares. Curiosa, a participação numa campanha, de índole nacional, pelo pão de milho, lançada em Lisboa nos finais de Oitocentos pelo *Novidades*, seguida aqui pelo *Ilhéu*.

r) Tal como a imprensa local em geral, também a jorgense habitua os seus leitores a novas perspectivas de pensar e interpretar a realidade, para além da tradicional a partir do centro para a periferia e assim a lutar contra os fatalismos geográficos e os economi-

³⁶ Cfr. *O Jorgense. Jornal Político, Agrícola, Comercial e Noticioso*, Velas, n.º 1 de 24 de Outubro de 1886.

³⁷ Por norma, o jornal escolhia os seus destinatários. O primeiro número era enviado de acordo a uma lista. Os que não devolvessem o jornal eram considerados assinantes. Cfr., *A Justiça*, n.º 1 de 26 de Novembro de 1891.

³⁸ Cfr. a carta de um assinante do Topo a propósito da divisão anunciada da freguesia matriz desta vila à *Gazeta Judicial*, n.º 1 de 22 de Agosto de 1886.

³⁹ Notável artigo sobre este assunto em *O Ecco Jorgense*, n.º 112 de 15 de Outubro de 1888. Analisa o que foi a emigração em outros tempos e o que era em Oitocentos considerando as densidades demográficas do Continente, Açores, Madeira e Ultramar.

cismos. Não foi sem ironia que, em 1885, o editor do *Ecco Jorgense*, comentou o empenho dos Bensaúde no reactivar do cabo-submarino e a eleição de Ponta Delgada, Angra e Horta para pontos escolhidos para estações de ligação ao Continente. «Ninguém tem culpa da sua situação» concluía⁴⁰.

Arauto do progresso, como já dissemos, o editor do *Ecco Jorgense*, diria, em 1893, alavanca do progresso ou luzeiro do futuro nas trevas do presente⁴¹, além da integração política, o jornal local fez e continua a fazer eco e a primeira interpretação dos principais eventos do evoluir humano a todos os níveis. Ao recensear uma obra literária, então reeditada, *L'Amour* de Michelet, Manuel de Andrade associava uma nova perspectiva da vivência do amor a progressos fundamentais, no campo técnico e sócio-político. Clamava ele era o «século do Vapor, do Telegrapho, do Ecco Michaelense e de João Bonança»⁴². Porque aqueles fenómenos não trazem dúvidas, fazemos notar que este João Bonança tinha fundado, com Casimiro Gomes e Felizardo de Lima, em 1870, o Centro Democrático de Lisboa, uma organização de inspiração republicana, federalista e socializante.

A função civilizadora, referida atrás, transparece também na missão assumida pelos implicados nos jornais locais, proprietários ou colaboradores. O proprietário do progressista *O Jorgense* anuncia as existências bibliográficas da sua loja na Rua do Outeiro, n.º 14. Não se tratava apenas de uma operação comercial quando se anunciavam compêndios de Agricultura, Aritmética, Geografia, Pedagogia, História de Portugal e História Sagrada e a *Memória Histórica e Biográfica* do Cónego José Maria Pacheco de Aguiar. De qualquer forma, para estes responsáveis, é óbvia a paridade entre a alimentação dos corpos e a dos espíritos. Tanto se anuncia a chegada de pão, como a de livros. E além daqueles títulos disponíveis para a generalidade da população, para a mais erudita, aquela que preenche ou ambiciona preencher o espaço da elite, anunciam-se ou recenseiam-se os mais recentes, como a obra de Arthur Loiseau, *Histoire de la Litterature Portugaise depuis les Origines jusqu'a nos Jours*, publi-

⁴⁰ *O Ecco Jorgense*, n.º 44 de 22 de Outubro de 1885.

⁴¹ Cfr. *O Ecco Jorgense*, n.º 65 de 26 de Fevereiro de 1883.

⁴² Cfr. *O Jorgense*, n.º 127, de 15 de Janeiro de 1877.

cada em Paris, meses antes⁴³. Nas páginas do regenerador *O Velense*, creio affecto a outra loja, a de José de Lemos, também se anunciarão livros, ao lado de faias de Holanda, açúcar branco ou óleo de fígado de bacalhau⁴⁴. Portanto, neste âmbito, não havia oposição.

Colocando-se fora do jogo político imediato de poder, surgiu também aqui, em 1888, um dos mais interessantes projectos jornalísticos regionais, o d' *O Respigador*. O editorial do primeiro número traça como principais objectivos:

- a solidariedade e a harmonia em toda a imprensa periódica;
- a defesa dos povos açorianos;
- um posicionamento apartidário;
- um não enfeudamento classista;
- um posicionamento pela instrução e pelo progresso
- a pretensão de cobrir todas as secções típicas de um jornal.

Todavia não consegue esconder, logo no mesmo primeiro número, os verdadeiros motivos da sua criação;

- o descrédito dos políticos de então, «miséria de políticos» lhe chamará decorridos alguns números⁴⁵;
- a esperança no regime republicano, o único ainda não ensaiado em Portugal;
- e a independência dos Açores, identificada a estado de felicidade, que aparecerá em editorial notável logo no seu n.º 2⁴⁶. Aqui se dá conta da situação geográfica estratégica das ilhas dos Açores, com possibilidade de formarem uma confederação independente, sob a protecção da metrópole ou dos Estados Unidos da América. Demonstra o estado de abandono e simultaneamente de opressão a que o Reino tem submetido estas ilhas. As leis iníquas do recrutamento e do fisco, a presença ofensiva de uma canhoneira no mar para obstar à emigração clandestina, pátria madrasta que não dava pão nem

⁴³ Cfr. *O Jorgense. Jornal Político, Agrícola, Comercial e Noticioso*, Velas, n.º 1 de 24 Outubro de 1886.

⁴⁴ Cfr. *O Velense*, n.º 119 de 8 de Novembro 1884.

⁴⁵ Cfr. *O Respigador*, n.º 17 de 5 de Março de 1889.

⁴⁶ Cfr. *O Respigador*, n.º 2 de 20 de Julho de 1888.

deixava procurá-lo, a perspectiva de novos horizontes e a mais importante situação geoestratégica com a abertura que se anunciava do canal do Panamá, justificavam a opção pela independência.

A tomada de consciência da especificidade deste espaço no seio do espaço nacional, ou seja a formação de uma consciência regional, manifesta nos títulos e na linguagem dos jornais, a formação de um discurso regional, a presença nas redacções das elites locais e a proximidade dos leitores, a forte intersubjectividade, resultaram no primeiro movimento autonomista dos finais do século passado.

Não acabamos aqui, com efeito, fronteira portuguesa até há bem pouco, os Açores, são hoje fronteira da União Europeia. E se até então, a frágil vitalidade económica portuguesa permitia deixar este espaço exposto à força avassaladora do império americano. Hoje, isso vai acontecendo cada vez menos. Porventura, o olhar constante das gentes açorianas para Ocidente, voltar-se-á ora mais para Oriente.

Também hoje a informação é livre, ubíqua e instantânea, atributos quase divinos. Decisores políticos e eleitorado, os cidadãos em geral, encontram-se em quase igualdade de circunstâncias no acesso àquela, pelo menos nos países prósperos do Norte do Planeta. Aqueles perderam o último privilégio, o acesso ao saber secreto que lhes qualificava as decisões.

O jornalismo que aqui tivemos e de que continuamos a dispor jamais apresentará as características do jornalismo industrial dito de massas⁴⁷ e ficar-se-á apenas nas características do jornalismo pré-industrial com algumas qualidades dignas de preservar⁴⁸ e as vantagens advindas das novas tecnologias da mediação.

⁴⁷ Caracterizado por ter como finalidade o lucro; o seu preço, acessível; pela generalização da publicidade; ser produto agradável às massas, particularmente urbanas; por, na sua gestão, ter profissionais habilitados e cultivar novos géneros jornalísticos: notícia, crónica directa ou reportagem .

⁴⁸ Veículo de opiniões político-partidárias, de notícias comerciais, com escasso número de anunciantes, vendido por assinatura, composto por pessoas que desempenham ao mesmo tempo as funções de editor, impressor, gerente e repórter.

Se o ritmo do vapor produziu uma geração notável de jorgenses, homens e mulheres, eruditos, literatos, historiadores, políticos, todos unidos pelos jornais, de que citamos:

Mariana Belmira de Andrade⁴⁹;

Rita da Silveira;

João Duarte de Sousa⁵⁰;

João Francisco de Escobar⁵¹;

João Teixeira Soares de Sousa;

José Cândido da Silveira Avelar;

Manuel de Andrade;

Manuel Vitorino Amarante⁵²;

Miguel Teixeira Soares de Sousa⁵³;

O Padre Manuel de Azevedo da Cunha
e tantos outros,

fazemos votos para que a informação ubíqua, instantânea, possa gerar uma nova geração de homens e mulheres criativos, perante a avalanche massificadora, com a capacidade do distanciamento, da intervenção cultural e participação política, razoável e equilibrada, que os ambientes insulares oferecem com vantagem.

⁴⁹ Poetisa, autora de *Fhantasias*, Ponta Delgada, 1875; dos versos filosóficos de, *A Sibylla*, obra editada em Velas, em 1884, anunciada no *Ecco Jorgense*, n.º 44 de 22 de Outubro de 1885 e de *A Esphyngue*, publicada em folhetim no jornal *A Ilha Graciosa*.

⁵⁰ Historiador.

⁵¹ Um verdadeiro D. Quixote de Oitocentos, jornalista, professor/explicador, solicitador, industrial de tipografia, proprietário de moinho de Vento, em 20 de Outubro de 1878, editava o *Ecco Picoense*, no Cais do Pico, onde se tinha instalado recentemente e dava explicações de Português, Francês e Inglês, compôs em Velas, entre 1880 e 1897, vários títulos, *O Jorgense*, *O Pomo Proibido* e *O Ecco Jorgense*, daqui passou para a Calheta e para a América em 1898. Em Velas, a sua oficina tipográfica, de alguma qualidade, ficava situada na Rua de Roque Afonso, n.º 6. Fazia impressões a ouro e a cores.

⁵² Chefe do Partido Progressista de Velas e presidente da Câmara entre 1870-1871 e 1874-1881.

⁵³ Presidente da Câmara entre 1882 e 1894.

Quadro 1
 Presidentes da Câmara Jorgenses no final do Século XIX

Datas	Nome	Partido
1870-1871	Manuel Vitorino Amarante	Progressista
1872-1873	José Pereira da Cunha	Progressista
1874-1881	Manuel Vitorino Amarante	Progressista
1882-1891	Manuel Teixeira Soares de Sousa	Regenerador

Quadro 2
 Publicações Periódicas Recenseadas

Datas	Título	Periodicidade	Partido
1871-1879	<i>O Jorgense</i>	Quinzenário	Histórico/Progressista
1879-1884	<i>O Velense</i>	Quinzenário	Regenerador
1880	<i>O Jorgense</i>	Semanário	Progressista
1882	<i>A Verdade</i>	Semanário	Independente
1883-1893	<i>O Pomo Proibido</i>	Quinzenário	Progressista
1883-1893	<i>O Eco Jorgense</i>	Quinzenário	Progressista
1886-1887	<i>O Jorgense</i>	Quinzenário	Progressista
1886	<i>A Gazeta Judicial</i>	Semanário	Regenerador
1888-1891	<i>Respigador</i>	Quinzenário	Republicano
1891	<i>A Justiça</i>	Quinzenário	Independente
1893	<i>O Insulano</i>	Trimensário	Regenerador
1896-1897	<i>O Ilheo</i>	Trimensário	Regenerador

